

# CULTIVOS INCULTOS



**Qualidade Devida**  
Luísa Schmidt

A relação entre agricultura, ambiente e património consistiu desde sempre em intervenções transformativas que substituem uns valores por outros. Muda-se uma paisagem por outra. Muda-se de um ecossistema para o outro. Experimentam-se novas culturas e novas técnicas. Sempre foi assim.

Contudo, recentemente o Alentejo — muito além das transformações — tem sido alvo de autênticos atos de vandalização da sua biodiversidade, das suas paisagens culturais e do seu património arqueológico por ação de entidades que, sob a figura empresarial, abusam dos seus direitos afetando bens públicos e, através deles, toda a sustentabilidade de uma região, como é o caso do Alentejo.

Em pano de fundo, claro, temos a debilidade do Estado, esvaído de meios jurídicos e policiais para fazer cumprir funções mínimas de defesa do bem comum. São efeitos da famigerada política de desregulamentação obsessiva. Mas não só.

As dificuldades práticas e também a negligência com que se conduz a débil fiscalização das atividades agrícolas tornou-se proverbial entre nós, como se o país vivesse ainda num sistema de agricultura tradicional.

Ora, hoje há novas realidades agrícolas, tais como empresas, por vezes até fundos anónimos, que desenvolvem atividades altamente interferentes, como é o caso da agricultura superintensiva ao ar livre ou em estufa, e fazem-no de uma forma profundamente desvinculada dos territórios, da vida social e dos valores da região.

É por estas e por outras que passamos pela lamentável e vergonhosa situação de ver frequentemente noticiado na comunicação social que esta ou aquela empresa destruíram património arqueológico, ou afetaram gravemente a biodiversidade regional, ou aproximam-se do limite de esgotamento de recursos como a água e o solo.

Realçando alguns casos mais clamorosos, lembramos o varejo mecânico da azeitona à noite que devastou bandos de aves migratórias que utilizavam as copas do olival para pernoitar. Na sequência das denúncias, houve associações de produtores de azeite que suspenderam a colheita noturna. Por seu lado, o Ministério Público passou a considerar esta atividade noturna como um crime ambiental e, mesmo assim, correm processos contra os que continuaram a fazê-lo.

Lembramos também que há alguns meses soaram alarmes que levaram o governo a avisar os limites a que deveria obedecer a expansão do regadio intensivo por causa da sua insustentabilidade face à escassez de água. E, todavia, o que se assiste é à expansão de mais e mais regadio superintensivo com a instalação de novas culturas ainda mais consumidoras de água e de agroquímicos, como é o caso do amendoal.

Lembramos ainda as queixas por causa das pulverizações feitas em plantações instaladas em cima das próprias aldeias e casas de habitação, com impactos danosos na saúde pública.

Lembramos, por fim, a revoltante destruição de património arqueológico, como aconteceu recentemente com uma anta em Torre de Coelheiros, Évora, que estava devidamente referenciada e que, apesar disso, foi totalmente arrasada. O caso corre em tribunal, mas o mal está feito e já não é possível repor o que se destruiu. Espera-se agora que seja rapidamente aprovada a proposta que a Direção Regional da Cultura enviou esta semana ao Ministério da Cultura para classificação de todo o património megalítico do Alentejo.

Não há desenvolvimento que resista à boçalidade e à ganância, nem futuro possível que se construa sobre a destruição dos bens comuns naturais e culturais.